

AFROEDUCAÇÃO: PROJETO DIÁRIO DA DANDARA

RESUMO

Este relato possui como objeto o projeto “Diário da Dandara”, uma atividade na perspectiva antirracista desenvolvida junto a uma turma de 1º ano do ensino fundamental anos iniciais na Escola Municipal Adalberto Studart Filho. O projeto “Afroeducação: Diário da Dandara” objetivou contribuir com a promoção de uma cultura antirracista, na valorização da cultura afro-brasileira, no respeito à diversidade e no cuidado com os corpos negros de crianças pequenas na escola. Para fundamentar o relato, foram utilizadas autoras, professoras e intelectuais negras que refletem sobre a educação e a sociedade numa perspectiva antirracista, como Djamila Ribeiro (2019), Bárbara Carine (2023) e Ângela Davis (2016). No cuidado e no afeto decorrente das interações, foi possível perceber que entre as crianças pequenas é possível desenvolver uma cultura antirracista mais efetiva desde a infância. Assim, o “Afroeducação: Projeto Diário da Dandara” potencializou atitudes de cuidado, valorização da cultura afro-brasileira e o respeito aos corpos negros de meninos e meninas na instituição, favorecendo a participação e envolvimento das famílias, ampliando a discussão e o conhecimento sobre o assunto com todos os envolvidos.

Palavras-chave: Afroeducação, Cultura Antirracista, Diário da Dandara, Diversidade.

AFROEDUCAÇÃO: PROJETO DIÁRIO DA DANDARA

É importante lembrar que, apesar de a Constituição do Império de 1824 determinar que a educação era um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas (Djamila Ribeiro, 2019).

INTRODUÇÃO

Distante da perspectiva da Constituição do Império de 1824, citada por Djamila Ribeiro, e que está na epígrafe deste relato, a escola, na atualidade, é um direito de todo cidadão, indiscriminadamente, seja o cidadão de pele preta, parda, branca ou amarela. Entretanto, entre o que se configura na lei e o que ocorre no cotidiano escolar demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Nossas crianças têm acesso à escola, a direitos básicos, à saúde, mas em uma sociedade estruturalmente racista, ainda precisamos travar algumas lutas no cotidiano escolar. Segundo Pinheiro (2023):

O Brasil é um país estruturalmente racista e, nesse cenário, não há como fugir do racismo na escola. (...) Isso não significa que, como a





escola reproduz racismo, não há nada a ser feito. Muito pelo contrário: sendo

a escola um espaço de reprodução dessas estruturas de opressão, precisamos pensar em mecanismos de superação dessas mazelas também, principalmente por meio do sistema educacional formal (Pinheiro, 2023, p. 67).

Portanto, sociedade e escola ainda precisam romper com o racismo e com as diferentes formas de preconceito e opressão que ecoam desde os nossos ancestrais e são práticas ainda presentes de forma (des)velada em nossas atividades cotidianas. Conforme destacou o Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCFor), no volume 9, intitulado “Cidadania, Diversidade e Inclusão”:

A escola, na condição de instituição de reprodução social, também pode ser reconhecida como um dos locais em que existe a minimização de casos de racismo, ação recorrente em nosso contexto. Além disso, a escola também é responsável pela construção de conhecimentos outros que permitem uma valorização histórico-cultural das populações negras e indígenas (Fortaleza, 2024, p. 28).

Dessa forma, é urgente conhecer a nossa história – negra e indígena – por uma outra perspectiva, que não apenas a brancocêntrica, e valorizar a contribuição de nossos ancestrais. Formar cidadãos críticos é uma das funções sociais básicas da escola. Como afirma Pinheiro,

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também o influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. Nesse sentido, a escola precisa ser uma forte aliada no enfrentamento das opressões estruturais, fundamentalmente o racismo (Pinheiro, 2023, p. 147).

E assim, promover uma educação emancipatória para formar cidadãos atuantes, pois sabemos que as lutas sociais têm seus efeitos e repercussões nas leis e na garantia de direitos da população em diversas instâncias de nossa sociedade. Mediante diversos debates e ações antirracistas, que têm sua gênese nas lutas e movimentos sociais, a Lei [n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, posteriormente alterada pela Lei n.º 11.645,](#) torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar em todo o país. Tais medidas fazem parte de ações afirmativas voltadas a grupos socialmente excluídos, como negros e indígenas, por exemplo.





Nesse sentido, refletindo sobre essas lutas e a prática do que consta na lei, buscamos vivenciar na escola experiências de educação para as relações étnico-raciais. Em consonância

com os documentos que referenciam o trabalho pedagógico, como o Documento Referencial Curricular do Ceará (DCRC):

Tais leis são ações afirmativas, pois fazem parte de um conjunto de medidas especiais, voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social. As ações afirmativas implantadas, na educação brasileira, têm como intuito fazer com que a sociedade, como um todo, por meio do estudo dessa temática, volte o seu olhar para o reconhecimento das experiências, ações e vivências desses povos, que, durante muito tempo, foram menosprezadas (Ceará, 2019, p. 97).

Observamos no cotidiano escolar que Joana quase sempre era excluída pelas coleguinhas; Maria se sentava no fundo da sala e constantemente permanecia caladinha. Refletimos: O que há em comum entre elas e tantas outras Joanas e Marias? A cor da pele e o silenciamento delas, e de tantas outras crianças/mulheres pretas, apareceu fortemente como uma hipótese. Nesse sentido, concordando com o DCFor, documento norteador:

O trabalho pedagógico sistemático com/sobre as questões étnico-raciais fortalece as identidades dos estudantes – suas histórias, culturas, pertencimentos. Dessa forma, colabora significativamente com a construção de uma sociedade mais equânime, ética, cidadã, inclusiva (Fortaleza, 2024, 30).

Destarte, fortalecer o reconhecimento identitário em seus aspectos históricos e culturais é condição fundamental na construção de uma sociedade antirracista. O projeto surge como resultado de uma caminhada em que se questiona: como promover na escola uma cultura antirracista entre as crianças pequenas? Como favorecer o respeito à diversidade e à igualdade racial, incentivando a empatia e a valorização das diferenças entre as crianças a partir de pautas afro-brasileiras? Como favorecer o afeto e o cuidado com corpos negros de forma lúdica? Como valorizar a cultura do povo negro entre crianças pequenas?

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este relato possui como objeto o projeto “Diário da Dandara”, uma atividade na perspectiva antirracista desenvolvida com crianças na rede pública de ensino de Fortaleza. A experiência foi realizada junto a uma turma de 1º ano do ensino fundamental anos iniciais na





Escola Municipal Adalberto Studart Filho. O projeto “Afroeducação: Diário da Dandara” objetivou contribuir com a promoção de uma cultura antirracista, na valorização da cultura afro-brasileira, no respeito à diversidade e no cuidado com os corpos negros de crianças pequenas

na escola. Têm-se como objetivos específicos favorecer o afeto e o cuidado com corpos negros de forma lúdica; promover na escola uma cultura antirracista entre as crianças pequenas; e valorizar a cultura ancestral dos povos do continente africano entre crianças pequenas.

Para a realização do referido trabalho, utilizamos os registros fotográficos, as anotações das falas das crianças, bem como os registros do “Diário da Dandara”. Para fundamentar o relato, foram utilizadas autoras, professoras e intelectuais negras que refletem sobre a educação e a sociedade numa perspectiva antirracista, como Djamila Ribeiro (2019), Bárbara Carine (2023) e Ângela Davis (2016).

Diante desse cenário, os lápis com vários tons de pele estiveram presentes desde o início do ano letivo na nossa sala de aula; as leituras de livros com a proposta de discutir “o tom de pele” e as bonecas pretas sempre foram apresentadas, e as crianças, assim, interagiam com a temática da educação para as relações étnico-raciais ao passo em que construíam conhecimentos diversos.

No entanto, buscando sistematizar ainda mais essas ações, sobretudo devido a situações de exclusão e preconceito na sala, desenvolvemos o projeto, que propôs, além do estímulo ao cuidado e ao afeto com um corpo negro ao fazer uso da boneca, discutir a importância da representatividade, do respeito e da valorização da cultura afro-brasileira.

O projeto “Diário da Dandara” foi ponto de partida para problematizar junto às crianças as diferentes tonalidades de pele, complementando as discussões acerca do uso concreto de lápis de cor com diferentes tonalidades. Com essas experiências, foi possível dialogar desde questões mais pontuais, próximas às crianças, como a sua própria autoimagem e identidade, até pensar a perspectiva decolonial acerca da história centrada na cultura afro-brasileira.





Outrossim, ao disponibilizarmos os lápis de diferentes tonalidades de pele, foi possível as crianças identificarem e compararem o seu tom de pele. Dessa forma, retomamos uma conversa que surgiu quando uma delas solicitou aos professores e coleguinhas um lápis “cor de pele” para pintar o seu desenho. Em roda, perguntamos: todos têm o mesmo tom de pele? Nesse momento, elas compararam as suas cores, colocando os braços lado a lado aos de seus coleguinhas e estabelecendo comparações: “- Tia, João é quase da minha cor!”. Então, solicitamos que elas se desenhasssem utilizando as “novas cores de pele”.

Posteriormente, apresentamos uma boneca de cor negra, e foi explicado que as crianças a levariam para casa, interagiriam com ela e, em um diário, escreveriam algum momento de suas rotinas com a boneca. Realizamos uma votação para que elas escolhessem o nome da boneca. Assim, foram apresentados diferentes nomes próprios afro-brasileiros, seus significados e suas histórias. Dentre os nomes, estavam Alike, Inaé, Irie, Dandara, Lueji, Luena, Loveli, Darline e Imani.

Na ocasião, um dos coleguinhas queria opinar e convencer uma amiga para que ela votasse no nome que ele gostaria que ganhasse. Nesse momento, foi possível dialogar sobre democracia e a escolha democrática a partir do voto, momento em que a coleguinha poderia votar no nome de sua preferência, sendo livre a sua escolha. As crianças, em sua maioria, escolheram o nome Dandara para a nova amiguinha.

Foi enviado para o grupo de *WhatsApp* das famílias uma orientação prévia para que elas acolhessem a boneca e favorecessem a atividade proposta; a mesma orientação era encaminhada junto com Dandara, o diário e uma bolsinha. O recadinho orientava: “Você está recebendo uma amiga para brincar e cuidar. De origem afro-brasileira, Dandara foi o nome escolhido por nossa turminha e significa princesa guerreira ou princesa negra. Nesse diário você escreverá as aventuras vividas por vocês e Dandara enquanto ela estiver sob seus cuidados. Depois, você compartilhará com seus colegas de sala”. Também foi orientado que as crianças escrevessem com uma frase, desenhasssem e fotografassem algum momento da vivência com a boneca. Nos registros foi perceptível o envolvimento das famílias e a adesão ao projeto.





Ao retornar para a sala, as crianças partilhavam as experiências vividas com Dandara. Aliada a essa atividade, realizamos a apresentação de um vídeo educativo sobre a História do Antigo Egito, cultura e sociedade, que narrava os conhecimentos acerca da cultura africana desde a revolução agrícola e, posteriormente, com as descobertas científicas nas áreas da matemática, engenharia e química. Abordamos todo o conhecimento ancestral numa perspectiva decolonial.

Vivenciamos, ainda, a leitura do livro “Princesas negras”, de Ariane Celestino e Edileuza Penha, momento em que foram apresentadas às crianças diversas princesas negras de impérios distintos, como a princesa Ariana Austin, da Etiópia, Elizabeth, de Toro, na Uganda,

Omo-Oba Adenrele Ademola, de Abeokuta, na Nigéria, Esther Kamatari, de Burundi, e a princesa Omoba Aina, da África Ocidental.

Dentre outras obras, realizamos, também, a leitura do livro “História pretinha das coisas: as descobertas de Ori”, que narra a história de uma criança negra que faz uma viagem à cidade de Meroé, no Sudão. A história remonta a invenções e personalidades reais históricas africanas. Em outro momento, apresentamos o livro “História preta das coisas” e a obra “Descolonizando saberes: mulheres negras na ciência”, da autora Bárbara Carine, uma intelectual negra, nordestina (baiana) e, como ela se autointitula, “diferentona”. Na roda de conversa, exploramos as descobertas de pessoas negras, muitas suprimidas durante muito tempo na História.

Os vídeos e leituras dos livros ocorreram de forma simultânea com a visita da Dandara às residências das crianças. Durante o processo e devido a uma demanda da turma, em que os alunos disputavam entre si a oportunidade de levar Dandara para casa, disponibilizamos um boneco, o qual demos o nome de Miltinho, em referência ao geógrafo Milton Santos. Percebemos, com isso, que as crianças estavam gostando de vivenciar essas experiências e descobrir valores nas histórias e culturas negras.

Para finalizar a atividade, crianças e famílias avaliaram a experiência de forma escrita em balões de diálogo, relatando um pouco sobre a experiência: “Fui um presente para min rasa negra te amo te espero, aqui di novo com migo cativa te amo” (sic). “Eu amei a Dandara fiquei muito emocionado” (sic).



CONSIDERAÇÕES FINAIS



O projeto potencializou atitudes de cuidado, valorização e respeito aos corpos negros de meninos e meninas na instituição e para além dela, ampliando a discussão para outras turmas da escola em que foi realizada a atividade. Promover a diversidade e a igualdade racial, incentivando a empatia, o respeito e a valorização das diferenças entre as crianças pequenas a partir de pautas afro-brasileiras, é condição fundamental para a construção de uma sociedade antirracista.

No cuidado e no afeto decorrente das interações, foi possível perceber que entre as crianças pequenas é possível desenvolver uma cultura antirracista mais efetiva desde a infância.

Assim, o “Afroeducação: Projeto Diário da Dandara” potencializou atitudes de cuidado, valorização da cultura afro-brasileira e o respeito aos corpos negros de meninos e meninas na instituição, favorecendo a participação e envolvimento das famílias, ampliando a discussão e o conhecimento sobre o assunto com todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará:** educação infantil e ensino fundamental. Secretária da Educação do Estado do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2019.

FORTALEZA. **Documento Curricular Referencial de Fortaleza:** incluir, educar e transformar. Cidadania, diversidade e inclusão. v. 9. [organização Celina Henriqueta Matos de Heredia Nascimento... *[et al.]*; coordenação Mirna França da Silva Araújo, Marlúcia Delfino Amaral]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **História pretinha das coisas.** 1. ed. São Paulo: Livraria da Física 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamilá. **Pequeno manual antirracista.** 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

